





**Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)**

Análise do Portal da Transparência do Município de Luislândia

Montes Claros (MG)
2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Luislândia

1. Sumário

Este relatório apresenta os resultados da análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Luislândia, considerando 45 critérios de avaliação distribuídos em onze grupos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

A avaliação segue as exigências da Lei Complementar nº 131/2009, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), verificando a publicidade ativa e o atendimento à transparência pública.

2. Resultados da Avaliação

O Portal da Transparência de Luislândia apresenta fortes avanços em algumas áreas, mas ainda mantém lacunas importantes, especialmente em planejamento, obras e acessibilidade. **Dos 45 critérios avaliados, 23 foram atendidos e 22 não atendidos, o que indica um índice de conformidade de aproximadamente 59%.**

No grupo Receita, dois dos três critérios foram atendidos. O portal divulga as receitas previstas e realizadas e a classificação orçamentária detalhada, mas não disponibiliza a lista de inscritos em dívida ativa.

O grupo Despesa obteve desempenho integralmente positivo, atendendo aos dois critérios. As despesas estão detalhadas quanto à execução orçamentária, beneficiários, bens ou serviços fornecidos e procedimentos licitatórios originários.

Em Convênios e Transferências, dois dos três critérios foram atendidos. O portal apresenta as transferências recebidas e realizadas, com informações sobre valores, objetos, repasses e órgãos concedentes. Contudo, não foram encontrados registros de acordos que não envolvam transferência de recursos financeiros.

O grupo Recursos Humanos teve resultado parcial, com três dos cinco critérios atendidos. Foram disponibilizadas a relação nominal dos servidores e a lista de

estagiários, mas não há divulgação da remuneração nominal, de terceirizados ou de editais de concursos e seleções.

No grupo Diárias, apenas um dos dois critérios foi atendido. O portal apresenta informações sobre os beneficiários e os afastamentos, mas não disponibiliza a tabela de valores das diárias conforme legislação local.

O grupo Licitações mostrou desempenho limitado, com apenas um critério atendido, referente à divulgação da relação das licitações com número, modalidade, objeto, valor estimado ou homologado e situação. Não há divulgação completa dos editais, documentos das fases internas e externas, atas de adesão, plano de contratações anual nem sanções administrativas aos licitantes.

No grupo Contratos, três dos quatro critérios foram atendidos. O portal divulga a relação dos contratos celebrados, a ordem cronológica dos pagamentos e seus respectivos resumos, mas não disponibiliza o inteiro teor dos contratos e aditivos, nem a lista de fiscais.

O grupo Obras apresentou desempenho insatisfatório, não atendendo a nenhum dos quatro critérios. Não há informações sobre datas de início, etapas, percentual concluído, status ou quantitativos contratados/executados, nem relação de obras paralisadas.

O grupo Prestação de Contas obteve excelente desempenho, com todos os seis critérios atendidos. O portal disponibiliza o Balanço Geral do ano anterior, Relatórios de Gestão, julgamentos de contas pelo Tribunal de Contas e Legislativo, Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO).

No grupo Planejamento, nenhum dos quatro critérios foi atendido. Não há informações sobre objetivos estratégicos, indicadores, PPA, LDO ou LOA.

Por fim, em Acessibilidade, quatro dos cinco critérios foram atendidos, garantindo caminho de navegação, alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, mas sem o símbolo de acessibilidade em destaque.

3. Considerações e Recomendações

O Portal da Transparência de Luislândia apresenta disponibilidade de informações, especialmente nas áreas de despesa, convênios, contratos e prestação de contas, demonstrando comprometimento com a divulgação de informações essenciais para o controle social.

No entanto, ainda há lacunas importantes que precisam ser priorizadas.

Recomenda-se:

1. Disponibilizar a lista de inscritos em dívida ativa e informações completas sobre terceirizados e remuneração nominal de servidores.
2. Ampliar a transparência em obras, disponibilizando cronogramas, quantitativos, status e obras paralisadas.
3. Completar a divulgação em licitações, incluindo editais, documentos de fases internas e externas, atas de adesão, plano de contratações anual e eventuais sanções administrativas.
4. Publicar instrumentos de planejamento institucional, como PPA, LDO, LOA, objetivos estratégicos e indicadores de desempenho.
5. Inserir o símbolo de acessibilidade em destaque na página inicial, garantindo conformidade e melhor experiência de navegação para todos os usuários.

A adoção dessas medidas permitirá ao Portal da Transparência de Luislândia fortalecer significativamente a divulgação de informações públicas, garantindo maior acessibilidade, integridade e confiabilidade dos dados. Com isso, será possível promover um controle social mais efetivo, assegurar o cumprimento das normas legais e aumentar a transparência da gestão municipal.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br